



MULHERES AGRICULTORAS E AGROEXTRATIVISTAS E SEU PAPEL NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA

Gabriela Chohfi Neves¹

Renata Sebastiani²

Renata Evangelista de Oliveira³

RESUMO

Apesar do histórico de desvalorização do trabalho feminino, vários exemplos têm revelado a relevância das mulheres em várias atividades agrícolas e agroextrativistas. Considerando a proximidade das mulheres com a Natureza, é notória sua contribuição para a conservação da biodiversidade, que por sua vez está atrelada aos princípios da Agroecologia. Através de alguns exemplos de atividades extrativistas e agrícolas desempenhadas por mulheres, o presente artigo tem como objetivo relacionar essas atividades à conservação da agro e biodiversidade e à Agroecologia em cinco diferentes contextos brasileiros. Partimos de um processo de revisão bibliográfica e levantamento de estudos de caso descritos na literatura onde o protagonismo feminino relaciona-se à essas pautas. Observamos que essas atividades podem ser desenvolvidas de forma mais adequada e com menor impacto, e que quando as mulheres estão organizadas em coletivos seu empoderamento é potencializado, com garantia de geração de renda para suas famílias. Concluimos que o empoderamento das mulheres favorece a conservação da biodiversidade e a valorização e promoção da Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia; agroextrativismo; empoderamento; movimentos sociais; produtos da sociobiodiversidade.

¹ Graduanda do Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos, Campus Araras

² Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos, docente do Curso de Bacharelado em Agroecologia, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação de Ciências e Matemática e Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Campus Araras

³ Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos, docente do Bacharelado em Agroecologia e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Campus Araras

INTRODUÇÃO

O ecofeminismo denuncia o silenciamento da voz feminina e da natureza, ambas depreciadas (CARMO et al., 2016, p. 158)

Tem-se destacado, nos últimos anos, a notoriedade da luta das mulheres por sua valorização e reconhecimento social. Historicamente, e por força de uma dominação histórica essencial e predominantemente masculina, elas têm sido vistas como aquelas que desempenham “papel secundário” e, conseqüentemente, têm vivido (muitas ainda vivem) à margem da sociedade (SANTOS, 2007). Nessa histórica construção social da divisão sexual do trabalho, como apontado por CHAVES et al. (2018), o trabalho da mulher é pouco ou não considerado, o que vem atrelado a um processo que traz invisibilidade, desvalorização e silenciamento das mulheres, também no meio rural. Para esses autores, apesar da representativa presença feminina na agricultura familiar, a maioria das mulheres não recebe rendimentos por seu trabalho, indicando a invisibilidade do trabalho feminino, o não reconhecimento das trabalhadoras rurais e subestimação de sua participação econômica (CHAVES et al., 2018).

A presença feminina em muitos dos espaços de trabalho nem mesmo tem sido registrada e as próprias estatísticas sempre demonstraram descaso com o trabalho feminino. Hoje nos é remetido o quanto é importante o seu reconhecimento cultural, social, econômico e ecológico (SANTOS, 2007). Analisando algumas dessas estatísticas, famílias chefiadas por mulheres com filhos apresentam os maiores índices de pobreza no Brasil, segundo MENDONÇA et al. (2015). Para esse autor, muito da renda dessas mulheres, em grupos mais frágeis na sociedade, se concentra em transferência governamental, sendo raramente advinda de atividades produtivas. Essa situação gera uma condição de dependência, subordinação e violência contra as mulheres, perpetrando práticas machistas e patriarcais, e impedindo o pleno desenvolvimento da autonomia e cidadania feminina. Nesse sentido, as ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) oferecidas às mulheres agricultoras familiares, em situação de extrema pobreza, são fundamentais para a superação destas dificuldades (MENDONÇA et al., 2015).

Para CHAVES et al. (2018) “mulheres agricultoras estão, de certa forma, em constante busca por reconhecimento dos seus direitos e da importância das suas funções para a reprodutibilidade e sustentabilidade de suas famílias”. Esses autores destacam em seu estudo a importância e representatividade do trabalho feminino, nas atividades produtivas,

econômicas e sociais (atuando em sistemas de cultivo, criações e extrativista). Esses autores apontam ainda um papel coletivo relevante das mulheres, ao se organizarem em associações de gênero e outras, evidenciando a busca por inserção em vários cenários.

No tocante à Agroecologia, as mulheres foram as verdadeiras construtoras do modo de produção agroecológico, pois através de sua resistência garantiram a "diversidade de sementes, a biodiversidade das plantas medicinais e um conjunto de práticas agroecológicas que permitiram que hoje a Agroecologia seja difundida na agricultura familiar" (ALMEIDA et al., 2017, p. 211). Para esses autores, as mulheres visam à valorização da produção de alimentos saudáveis e a conservação dos recursos naturais, para além simplesmente do recurso financeiro.

As mulheres compreendem a Agroecologia não só como um meio de produção, mas como um modo de vida: um modo de viver e relacionar-se com a natureza e com as pessoas. Esse modo de vida implica não somente em produzir com respeito e cuidado com a natureza, mas também em promover a inclusão econômica das mulheres que lutam pelo fim da violência que vivenciam em suas famílias, pelo fim da discriminação e preconceito de gênero; e o reconhecimento das mulheres como produtoras e protagonistas da Agroecologia para que, além do trabalho, os benefícios gerados pela produção também sejam repartidos igualmente. (ALMEIDA et al., 2017, p. 211-212).

Através do trabalho diário, essas mulheres, em seus trabalhos rurais, acumulam conhecimento profundo sobre os agroecossistemas, incluindo também a gestão das pragas, a conservação do solo e o desenvolvimento e uso dos recursos genéticos de plantas e animais. É estimado que até 90% do material na plantação usado pelos agricultores e agricultoras deriva de sementes e plasma germinativo que eles mesmos produzem, selecionando e guardando-os. Isto só mostra o papel fundamental que os pequenos agricultores desempenham de uma forma crucial na preservação e gestão dos recursos genéticos de plantas e da biodiversidade (FAO, 1999), onde as mulheres têm papel essencial.

OLIVEIRA e MORAES (2019) enfatizam a necessidade da participação social, de valorização do conhecimento tradicional e de desenvolvimento de práticas agroecológicas no manejo das muitas “diversidades” presentes nos agroecossistemas brasileiros. Essas práticas envolvem a possibilidade de geração de trabalho e renda e de melhoria de qualidade de vida para as comunidades que as praticam, a valorização de saberes tradicionais, a valorização da agricultura e trabalho familiares, além da conservação da agro e biodiversidade e das espécies nativas cultivadas e manejadas por esses grupos, também no agroextrativismo. Como apontam SOARES et al. (2018):

O extrativismo praticado por agricultores familiares não é mera coleta, mas se insere num conjunto mais amplo de relações econômicas, sociais e culturais que as unidades familiares estabelecem com o mercado, com a sociedade e com a natureza (SOARES et al., 2018, p. 647).

E:

Mulheres extrativistas, para além da contribuição de seus trabalhos na renda familiar, detêm o saber-fazer que (re) significam a cultura local por meio da culinária, das festas, da socialização do trabalho, da conservação dos recursos naturais... (LIMA, 2017, p. 15)

Aqui, buscamos nos basear nas experiências narradas por vários autores e autoras, para evidenciar, a partir da vivência de grupos de mulheres, *insights* relacionados à valorização do trabalho e saber feminino, à busca por empoderamento, autonomia e fortalecimento em suas atividades, e à promoção da agroecologia e de estratégias de conservação.

O presente ensaio objetiva destacar o papel de mulheres agricultoras e agroextrativistas, a partir de diferentes experiências, relatadas em múltiplas paisagens brasileiras, onde o protagonismo feminino e a presença e ações de mulheres em distintos movimentos sociais organizados relacionam-se à conservação da agro e biodiversidade, e na promoção da Agroecologia no Brasil. Para tanto, parte de um processo de revisão bibliográfica, e traz à luz resultados, trechos e transcrições de estudos descritos na literatura. São apresentados estudos de caso com mulheres quebradeiras de coco babaçu, manejadoras de andiroba, catadoras de mangaba, marisqueiras e agricultoras, em cinco diferentes contextos brasileiros,

APORTES TEÓRICOS

Antes de iniciarmos com os estudos de caso, cabem aqui alguns conceitos fundamentais para a compreensão deste texto:

Biodiversidade é entendida aqui como “a riqueza de espécies, incluindo sua diversidade genética e suas interações para a composição das comunidades” (PRIMACK; RODRIGUES, 2001). Os esforços para se preservar a biodiversidade às vezes se chocam com as necessidades humanas por recursos, portanto cabe buscar o desenvolvimento econômico de forma que se satisfaçam essas necessidades e se minimizem os impactos sobre ela e sobre outros recursos naturais. Nesse sentido, proporcionar oportunidades de renda para as populações locais pode ser compatível com a conservação da biodiversidade, uma vez que uma grande porção dessa biodiversidade se encontra em lugares onde as pessoas habitam há várias gerações, usando os recursos ambientais de forma mais adequada e com mínimos impactos (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

Já a *agrobiodiversidade* é a "variedade genética do mundo de espécies animais e vegetais usadas para fornecer alimentos" (MILLER; SPOLMAN, 2015, p. 199). O desmatamento e algumas práticas agropastoris, bases da agricultura convencional, têm ameaçado a biodiversidade e gerado perda de agrobiodiversidade nas paisagens rurais, também no Brasil. Neste ensaio os termos "agro e biodiversidade" corresponderá aos conceitos de "agrobiodiversidade" e "biodiversidade" (diversidade biológica).

Muitas práticas agrícolas são baseadas no manejo de recursos naturais, sendo o *agroextrativismo* definido como a união de práticas agrícolas de baixo impacto e alto valor social, com a extração de produtos nativos (CARVALHAES; OLIVEIRA, 2017), muitos advindos de espécies florestais nativas.

A Agroecologia emergiu como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012). A Agroecologia aqui pode ser entendida como um conjunto de práticas voltadas a um manejo mais sustentável (envolvendo toda a tridimensionalidade e transgeracionalidade desse conceito). Mas, para além disso, pode ser descrita como ciência e, ainda, como movimento social, já que "pressupõe formas de ação social coletivas e a articulação de atores sociais como forma de resistência ao modelo hegemônico estabelecido para a agricultura", de acordo com OLIVEIRA e VASCONCELOS (2016). Para essas autoras, a Agroecologia:

...traz em suas bases fundamentais a oposição à alienação e à domesticação, a valorização de saberes populares e tradicionais, a busca pela emancipação e construção de autonomia para transformação da realidade. Pautam-se e dialogam com movimentos sociais e populares, propõem práticas mais humanizadoras baseadas em relações dialógicas e horizontais entre seus atores. (OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2016, p. 36).

SABERES E VIVÊNCIAS: MULHERES AGRICULTORAS E EXTRATIVISTAS E A CONSERVAÇÃO DA AGRO E BIODIVERSIDADE

A agrobiodiversidade e a biodiversidade podem ser compreendidas como resultado de práticas de domesticação e uso por populações humanas, envolvidas com estratégias de coleta, cultivo, extrativismo e manejo de várias espécies, presentes em diferentes biomas. Muitas dessas populações são identificadas como populações tradicionais e têm diversas denominações. Seus saberes, ações e estratégias cotidianas de sobrevivência são responsáveis

pela manutenção de múltiplas espécies. Muitas das ações atreladas à agricultura familiar e ao agroextrativismo abarcam os chamados “produtos da sociobiodiversidade” – múltiplos produtos advindos da rica e única biodiversidade nativa brasileira, cujo manejo se baseia em saberes tradicionais locais e dos quais depende a subsistência das populações manejadoras. A identificação e autodenominação dessas populações, enquanto grupos e/ou movimento social, muitas vezes, se distingue por seu gênero e sua estreita relação com a espécie e/ou o produto manejado, como as “quebradeiras de coco babaçu”, “catadoras de mangaba”, “marisqueiras”, “artesãs de capim dourado”, “seringueiras”, “castanheiras” e muitos outros grupos organizados de mulheres.

Para SANTOS (2007), “o extrativismo é próspero por ter a predominância de mulheres”, e a valorização dos produtos não madeireiros permite e estimula que essas produzam e desenvolvam conhecimentos sobre a reprodução e manejo dessas plantas, em seu ambiente natural e em espaços dentro das comunidades. A seguir, destacaremos três exemplos de grupos de mulheres atuando no extrativismo e manejo de espécies florestais brasileiras, fornecedoras de importantes produtos florestais não madeireiros, a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), o babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) e a mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes). Traremos também para uma breve discussão a situação do grupo das chamadas marisqueiras e de mulheres agricultoras.

O babaçu é nativo do Brasil e amplamente utilizado por várias comunidades tradicionais da Amazônia, do Cerrado, da Caatinga e da Mata Atlântica. A região com maior incidência de babaçuais é o território em que se organizam as mulheres do movimento feminino MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), que abrange os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Sua amêndoa é o segundo maior produto florestal não madeireiro mais vendido no país (CARAZZA et al., 2012), e além dela vários produtos e subprodutos são obtidos. Trata-se de um importante recurso nutricional e financeiro, tornando o babaçu uma das espécies prioritárias na cadeia de produtos da sociobiodiversidade:

O babaçu é o símbolo de luta de cerca de 400 mil mulheres organizadas pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Elas lutam pelo livre acesso ao recurso que está cada vez mais inacessível em áreas privadas. Lutam ainda, segundo as Cartilhas da Nova Cartografia Social, "pela preservação dos babaçuais, pela garantia das quebradeiras de coco à terra, por políticas governamentais voltadas para o extrativismo (...) e pela equidade de gênero. (CARAZZA et al., 2012, p. 8)

Dentre as práticas associadas ao manejo dos babaçuais está o cultivo de culturas agrícolas de subsistência para as populações rurais, uma fonte de renda complementar à atividade extrativista, segundo CARVALHAES e OLIVEIRA (2018). Essas autoras apontam que o extrativismo, desde que praticado em baixa densidade, e atrelado às chamadas boas práticas, podem garantir a manutenção desse recurso nas paisagens. Na experiência descrita por essas autoras, para o manejo do babaçu na região Meio-Norte do Piauí, houve predisposição das mulheres quebradeiras de coco para a utilização e mesmo proposição de inúmeras boas práticas de manejo, a partir de suas experiências, a fim de garantir a permanência a médio e longo prazo desse recurso.

A mangabeira ocorre em locais de vegetação aberta, principalmente nos biomas Cerrado e Caatinga e em restingas, e seus frutos são muito requisitados pela indústria, principalmente na região Nordeste (LIMA; SCARIOT, 2011). As denominadas “catadoras de mangaba” são mulheres portadoras de uma identidade coletiva que se deve ao uso comum desse recurso, com baixo impacto ambiental (MOTTA et al., 2014).

Um outro exemplo em que mulheres desempenham papel fundamental relacionado ao manejo seguro dos recursos naturais vem dos mangabais, como nos estudos de SANTOS (2007), em Sergipe. Segundo SANTOS (2007), no geral, as mulheres se diferenciam dos homens quanto ao seu papel na conservação dos remanescentes:

As mesmas supervalorizam as suas atribuições em decorrência dos homens não apresentarem, segundo elas, agilidade e destreza nas atividades de colheita e pós-colheita, pois a fruta quando madura é muito delicada e perecível. O rompimento de padrões tradicionais, que definiam a comercialização, parece demonstrar uma nova inversão de papéis, no qual apresentam uma condição de que as mulheres não estão dispostas a abrir mão dessa nova conquista. (SANTOS, 2007, p. 97)

Suas estratégias de conservação, segundo a autora, implicaram na reformulação de práticas de uso e de acesso aos recursos, e os campos de mangabeiras remanescentes não foram dizimados. Nos povoados em que foi desenvolvida essa pesquisa, independentemente da idade da catadora, destaca-se o cuidado com as plantas em todas as atividades: evita-se a quebra de galhos e o extrativismo predatório, há favorecimento da dispersão de frutos por animais e produção de mudas, garantindo a reprodução da espécie a longo prazo. Porém, essas ações têm sido ameaçadas pela especulação imobiliária e processo de urbanização (SANTOS, 2007).

Esses grupos extrativistas têm um saber decorrente do convívio com a atividade extrativista, pois seu modo de vida, em grande parte, encontra-se associado ao uso e

manejo de bens comuns e privados. Ligadas diretamente à restinga, as mulheres, através do uso de seus produtos (especialmente a mangaba), apresentam-se vulneráveis à expansão do turismo e à especulação imobiliária. O conhecimento expresso pelas catadoras tem possibilitado a reprodução de um manejo que possibilita a conservação dos remanescentes. (SANTOS, 2007, p. 87)

Entre os produtos florestais não madeireiros da sociobiodiversidade está também o óleo das sementes da andiroba, árvore de uso múltiplo valorizada tanto pelo óleo (com uso medicinal e cosmético) quanto pela madeira. Essa espécie é alvo de extrativismo e manejo em áreas de florestas naturais e em plantios, por comunidades tradicionais em várias regiões da Amazônia (KLIMAS et al., 2011; COELHO et al., 2018).

Em uma entrevista com 14 integrantes de uma comunidade extrativista de sementes de andiroba em Igarapé-Mirim (Pará), BRITO et al. (2019) observaram tratar-se predominantemente de mulheres que atuam em sistemas agroflorestais (SAFs) e quintais agroecológicos durante a entressafra de açaí. Essa atividade é importante no contexto social, cultural e econômico da comunidade extrativista, permitindo também a conservação das andirobeiras, por se tratar de uma exploração extrativista não madeireira e de uso medicinal muito diversificado. A extração das andirobas é organizada socialmente, pois há cooperativas que contribuem para o fortalecimento do trabalho coletivo. Há saberes tradicionais ligados às mulheres, responsáveis em reproduzir o conhecimento, consolidando o empoderamento das mulheres e por garantir recursos financeiros para o sustento familiar. Os SAFs e os quintais agroecológicos constituem em um meio de produção sustentável que possibilita a produção associada à conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo que valoriza a cultura local, já que as mulheres coletam apenas sementes não germinadas e saudáveis, enquanto as sementes germinadas são deixadas no local, para formarem novas plantas da espécie, gerando baixo impacto ambiental (BRITO et al., 2019).

A mariscagem também é uma atividade predominantemente feminina, que destina sua produção para o consumo e a comercialização, e cuja realidade se estende a outros grupos de mulheres em comunidades extrativistas (ALVES; PONTES, 2015). Essa atividade, como as demais descritas neste ensaio, também tem gerado movimentos de mobilização de mulheres, com motivação identitária e busca de empoderamento social com enfoque em gênero (ETTINGER et al., 2015), pelas chamadas mulheres pescadoras e marisqueiras, em muitas regiões do Brasil.

ALVES e PONTES (2015) realizaram entrevista com 20 mulheres marisqueiras no município de Marapanim (PA), na Amazônia, e observaram que a mariscagem é a principal

renda das famílias na maioria dos casos. A falta de condições sanitárias adequadas e de cooperativas de classe são entraves para o desenvolvimento da atividade, tanto econômica como socialmente, mantendo essas mulheres em condições de vulnerabilidade. As marisqueiras percebem o impacto ambiental de sua atividade, mas não tem outra alternativa para fonte de recursos, já que não há políticas públicas para a proteção desse recurso natural, assim como não há implementação de subsídios que garantam a subsistência dessa comunidade (ALVES; PONTES, 2015).

Na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (Bahia), estudada por CARMO et al. (2016), a mariscagem é pouco sustentável, pois emprega ferramentas inadequadas, impactando manguezais e estuários de forma negativa, além da sobrepesca e extração em período de defeso. Trata-se de uma atividade em que ainda predomina o patriarcado, apesar da maioria da mão de obra associada ser feminina. A mariscagem pode ser considerada um prolongamento do trabalho doméstico feminino, desvalorizado e sub-remunerado, em detrimento à supervalorização da mão de obra masculina na pesca em alto mar. No entanto, a criação da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia é um coletivo com mais de duas mil mulheres, que se contrapõe à essa situação. Esse coletivo permite a capacitação, o empoderamento e o acúmulo de capital social, tornando as mulheres as protagonistas do processo produtivo. Da mesma forma, esse coletivo permite a articulação de políticas públicas para assegurar direitos sociais básicos (CARMO et al., 2016).

Mulheres também têm se imposto e buscado sua identidade como grupos organizados das chamadas *mulheres rurais*, *mulheres assentadas rurais*, e *mulheres agricultoras*, no tocante à sua participação e papel na produção rural em múltiplas paisagens brasileiras. Na agricultura familiar, as agricultoras têm um papel de extrema importância por serem por exemplo responsáveis pela seleção, melhoramento e adaptação de variedades de plantas, demonstrando muitas vezes conhecimento mais especializado sobre as plantas silvestres usadas para alimentação, forragem e para a medicina do que os homens, nas comunidades em que vivem. Em diversas regiões, são também responsáveis pela gestão de pequenos rebanhos, incluindo sua reprodução (FAO, 1999).

Um exemplo é a Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, em Pernambuco, estudada por ALMEIDA et al. (2017). Trata-se de uma organização de base cuja missão é o fortalecimento da organização produtiva das *mulheres sertanejas*. Seus quintais produtivos ganharam visibilidade na Agroecologia e no feminismo, por serem as principais produtoras de saberes agroecológicos. Para esses autores: "Enxerga-se na auto-organização

das mulheres um princípio fundamentado no feminismo popular, que tem como objetivo empoderar as mulheres a fim de que se tornem protagonistas na luta e na sua vida".

Já CHAVES et al. (2018) acompanharam as atividades e entrevistaram 18 mulheres no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá, em Anapu (Pará), cujos lotes abrigam sistemas de cultivo muito diversificados, gerando produtos destinados prioritariamente ao consumo familiar. Além dos trabalhos domésticos e da roça, as mulheres são responsáveis pelos quintais agroflorestais, com plantas medicinais, plantas frutíferas, hortaliças e artesanato. Em contraposição ao patriarcado, nesse Projeto as mulheres agricultoras chefiam suas famílias, acumulam experiências de práticas domésticas e agropecuárias, geram renda e conhecimento a partir de seus produtos (CHAVES et al., 2018).

"Evidencia-se assim a importância das mulheres na conservação da biodiversidade e repasse dos conhecimentos produtivos, uma vez que a atividade nos quintais agroflorestais se configura em um ambiente de repasse de conhecimentos e tradições herdadas de suas mães e, atualmente, essas mulheres – ao realizarem a mesma prática – continuam a repassar o seu conhecimento sobre a tarefa para seus filhos e filhas, como já mencionado." (CHAVES et al., 2018, p. 5-6)

Os exemplos dos estudos acima citados não esgotam as inúmeras possibilidades de análise de casos em que o papel da mulher agricultora ou extrativista é fundamental para o sustento de sua família e para a conservação dos recursos naturais. Outras atividades como a extração de buriti (*Mauritia flexuosa* L.), seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A.Juss.) Mull.Arg.) castanheira do Pará (*Bertholletia excelsa* Bompl.) e carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.)), dentre tantos outros recursos não madeireiros nativos do Brasil, assim como das mulheres pescadoras e artesãs, também tem sido alvo de estudos e, juntamente com os estudos apresentados aqui, indicam a íntima relação entre mulheres, a conservação da biodiversidade e a Agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do objetivo de se relatar experiências em que o protagonismo feminino e a presença e ações de mulheres, em distintos movimentos sociais organizados, relacionam-se à conservação da agro e biodiversidade e à promoção da agroecologia, trouxemos vários exemplos. Fica claro o importante papel das mulheres para a conservação, a partir do uso e valorização de seus saberes e do conhecimento tradicional associado, embasando atividades de extrativismo, manejo e cultivo de múltiplas espécies em distintos sistemas de produção.

Também se evidencia que as vivências pontuadas neste ensaio permeiam os pressupostos e bases da Agroecologia, já que trazem ações de busca por emancipação e

construção de autonomia por grupos organizados de mulheres, em múltiplos espaços e movimentos sociais, e descrevem sua busca pela transformação da realidade a partir de relações mais horizontais, de inserção social e econômica de grupos antes marginalizados e minoritários, de mulheres agricultoras e extrativistas. São exemplos também de valorização e de resistência da Agricultura Familiar. Esses estudos de caso, descritos a partir de pesquisas de diferentes autores, permitem correlacionar as ações extrativistas, agroextrativistas e de produção agrícola, praticadas, desenvolvidas e defendidas por mulheres, aos chamados “dez elementos da Agroecologia”, quais sejam: diversidade, sinergias, eficiência, resiliência, reciclagem, co-criação e partilha de saberes, valores sociais e humanos, tradições culturais e alimentares, governança responsável, e economia solidária (FAO, 2019).

Ao analisarmos os exemplos aqui trazidos, observamos que o trabalho feminino passa a ser valorizado quando gera sustento para sua família. A organização social das mulheres agricultoras e extrativistas é fundamental para seu empoderamento, e o empoderamento das mulheres favorece a conservação da biodiversidade, a valorização da agrobiodiversidade e manejo agroecológico em sistemas de produção agrícola, e a promoção da Agroecologia no Brasil.

Cabe ressaltar que são muitos os aspectos que tornam esses processos vulneráveis (como a expansão do turismo e especulação imobiliária sobre áreas de manejo, privatização de áreas tradicionais, falta de condições sanitárias adequadas e de associações e cooperativas de classe para organização dessas mulheres). Muitos desses aspectos reforçam questões históricas da sociedade patriarcal (como o trabalho feminino desvalorizado e sub-remunerado, a invisibilidade, desvalorização e silenciamento das mulheres, em muitas situações).

O fortalecimento da auto-organização e o reconhecimento das lutas femininas podem aumentar o acesso a recursos e embasar uma desejada e necessária transformação da condição das mulheres agricultoras e extrativistas. Assim, o fomento à igualdade de gênero, à visibilidade e à valorização do trabalho feminino tem papel fundamental e urgente, necessita ganhar ascensão e fortalecer políticas voltadas à organização dos movimentos sociais de mulheres. Isso ainda demanda soma de esforços e reconhecimento de governo e sociedade civil, para se superar os atuais limites e impulsionar as transformações necessárias à conquista efetiva da igualdade das mulheres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.; SANTOS, A. C. N.; NOBRE, E.; GOMES, A. Mulheres sertanejas na construção da Agroecologia: a rede de conhecimento e construção da cidadania. *In: FIGUEIREDO, M. A. B.; MATTOS, J. L. S.; FONSECA, F. D. (orgs.). Agroecologia e diálogo de conhecimento: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017. p. 211-215.*
- ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N. Análise socioeconômica e produtiva de mulheres extrativistas de caranguejo *Urides cordatus* da comunidade de Guarajubal, Marapanim, estado do Pará. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n.3, p.5-11, 2015.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400p.
- BRITO, A. D.; COELHO, R. de F. R.; ROSAL, L. F. Os extrativistas de andiroba em projetos de assentamentos agroextrativistas (Paex) da Várzea de Igarapé-Mirim, Pará, Brasil. **Agroecossistemas**, Belém, v. 11, n. 2, p. 82-101, 2019.
- CARAZZA, L. R.; ÁVILA, J. C. C.; SILVA, M. L. **Aproveitamento integral do fruto e da folha do Babaçu (*Attalea sp.*)**. Manual tecnológico 5, 2a. edição. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Brasil, 2012. 28p.
- CARMO, J. C.; PIRES, M. de M.; JESUS JÚNIOR, G. de; CAVALCANTE, A. L.; TREVISAN, S. D. P. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 155-180, 2016.
- CARVALHAES, M. A.; OLIVEIRA, R. E. Práticas agroextrativistas, dinâmica social e conhecimento científico: Base para boas práticas de manejo da palmeira babaçu. *In: BUSTAMANTE, P. G.; BARBIERI, R. L.; SANTILLI, J. (eds.). Conservação e uso da agrobiodiversidade: Relatos de experiências locais. Brasília: EMBRAPA, 2017, p. 165-188.*
- CHAVES, A. R. S.; CASTRO, R. R. A.; MENEZES, A. A busca pela ascensão feminina do PDS Virola Jatobá, Anapu-Pa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018.
- COELHO, A. A.; GAMA, J. R. V.; RIBEIRO, R. B. S.; OLIVEIRA, F. A. Andiroba: usos e extração de óleo em área de assentamento no Oeste paraense. **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, p. 56-71, 2018.
- ETTINGER, V. M. T. M.; JESUS JUNIOR, G.; SETENTA, A. M.; CAVALCANTE, A. L. Cultura, identidade e gênero: Tecendo a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 4, n. 3, p 151-179, 2015.

FAO (Food and Agriculture Organization of The United Nation). Mulheres - utilizadoras, preservadoras e gestoras da agrobiodiversidade. *In: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação*. Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Direção de Gênero e População. Roma: Itália, 1999. p. 14-19.

FAO (Food and Agriculture Organization of The United Nation). **Ten elements of Agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems**. Rome: Italy, 2019. 14 p.

KLIMAS, C. A.; KAINER, K.; WADT, L. H. O. The economic value of sustainable seed and timber harvests of multi-use species: An example using *Carapa guianensis*. **Forest Ecology and Management**, Colorado, v. 268, p. 81-91, 2012.

LIMA, B. F. **Vida e trabalho**: um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, Estado do Pará. Belém: UFPA, 2017. 134 p.

MENDONÇA, L. K.; TAVIRA, G.; FERREIRA, E.; LANGE, R.; OLIVEIRA, L. P.; MOLINA, C.; HORA, K. A construção de uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural para superação da extrema pobreza. *In: MELLO, J. (org.). Cadernos de Estudos - Desenvolvimento social em debate no. 23*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. p. 50-69.

MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. **Ciência Ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 576p.

MOTTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JUNIOR, J. F.; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 449-470, 2014.

OLIVEIRA, R. E.; MORAES, L. F. D. Conservação da Biodiversidade nos Agroecossistemas. *In: STADNIK, M.; VELHO, A.; ZORRILLA, S. (orgs.). Desenvolvimento sustentável na produção agroalimentar*. Florianópolis: CCA UFSC, 2019. p. 19-34.

OLIVEIRA, R. E.; VASCONCELOS, V. O. Diálogos entre agroecologia e educação popular: práxis e extensão. **Revista Elo - Diálogos em Extensão**, Viçosa, v. 5, p. 34-39, 2016.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Ed. Planta, 2001. 328p.

SANTOS, J. V. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe**. Orientador: MOTA, D. M. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1VspTD75kEGqJTbU19Pcwi-KSwfTCwo_h.

Acesso em: 25 mar. 2021.

SOARES, K. R.; FERREIRA, E. E. S.; SEABRA JUNIOR, S.; NEVES, S. M. A. S. Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 4, p. 645-662, 2018.